

ARTIGO

Mulheres na política brasileira: inserção e capital político de deputadas federais

MARCELLA BARBOSA MIRANDA TEIXEIRA¹CAROLINA MARIA MOTA-SANTOS¹

¹ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS) / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, BELO HORIZONTE – MG, BRASIL

Resumo

Este trabalho tem como objetivo verificar os fatores que influenciam e dificultam a inserção das mulheres na política brasileira. Com base no referencial teórico que tratou da inserção na política e do capital político, realizou-se um estudo qualitativo descritivo. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas, com a análise temática como técnica de análise de dados. As entrevistas foram realizadas com oito deputadas federais no Brasil, eleitas em 2018. Os resultados apontaram diferença entre inserção e permanência das mulheres na política. Verificou-se que as cotas são essenciais, não só para a participação das mulheres, mas para que elas não tenham dificuldades e barreiras na filiação aos partidos. Por fim, observou-se que o capital familiar é uma das principais formas de acesso à política por parte das mulheres entrevistadas, atuando como um passaporte para o seu ingresso na política.

Palavras-chave: Mulheres na Política. Inserção na política. Capital Político.

Women in politics in Brazil: inclusion and political capital of female federal deputies

Abstract

This study aims to verify the factors that influence and make the insertion of women in Brazilian politics difficult. The theoretical framework focused on inclusion in politics and political capital, and a descriptive qualitative study was conducted. The data were collected by semi-structured interviews with eight federal deputies in Brazil, elected in 2018, and the thematic analysis was used to examine the data. The results show differences between the inclusion and permanence of women in politics. It was found that quotas are essential so that women do not face difficulties and barriers to affiliation with political parties. Finally, the family capital is the main way that the interviewed women access politics, and it is important as a passport for insertion.

Keywords: Women in Politics. Inclusion in Politics. Political Capital.

Mujeres en la política brasileña: inserción y capital político de las diputadas federales

Resumen

Este estudio tiene como objetivo verificar los factores que influyen y obstaculizan la inserción de la mujer en la política brasileña. A partir del referencial teórico sobre la inserción en la política y el capital político, se realizó un estudio cualitativo descriptivo. Los datos se colectaron a través de entrevistas semiestruturadas con ocho diputadas federales en Brasil, elegidas en 2018, y se realizó un análisis temático como técnica de análisis de datos. Los resultados mostraron diferencias entre la inserción y la permanencia de las mujeres en la política. Se ha observado que las cuotas son esenciales para que las mujeres no tengan dificultades en la afiliación a los partidos políticos. Finalmente, se observó que el capital familiar es uno de los medios principales de acceso a la política para las mujeres entrevistadas, que hace las veces de pasaporte para su inserción.

Palabras clave: Mujeres en la política. Inserción en la política. Capital político.

INTRODUÇÃO

A percepção de que as mulheres estão confinadas ao papel de cuidadoras, restritas ao ambiente familiar foi forjada pela cultura patriarcal na sociedade brasileira. Isso reforçou o pensamento de que lhes faltavam condições para o exercício de atividades na vida pública e de poder, bem como para a participação na política (Freitas, 2020).

Havia uma expectativa de que o processo de democratização trouxesse equidade de direitos e de representação entre mulheres e homens, bem como em relação a outras minorais na sociedade, o que de fato ainda não ocorreu (Miguel & Biroli, 2015). Franceschet et al. (2016) afirmam que as heranças culturais ainda moldam barreiras estruturais, limitando a inserção e o desenvolvimento de mulheres na política.

Dessa forma, a carreira política, por muito tempo, não consistia em uma opção para as mulheres. Muitas foram e continuam sendo desencorajadas para se inserirem nesse espaço, construído para e pelos homens (Pinto & Silveira, 2018). Com isso, a cultura patriarcal leva a uma predominância da presença masculina na política brasileira (Fernandes et al., 2020). Dentre os países das Américas, o Brasil apresenta o menor número de mulheres que ocupam assentos na política (Inter-Parliamentary Union [IPU], 2019; Marques et al., 2021; Sacchet, 2018; Saraiva, 2017).

Nas eleições de 2018, dos 513 cargos de deputados federais, apenas 77 foram ocupados por mulheres, o que representa 15% das cadeiras da Câmara dos Deputados (Tribunal Superior Eleitoral [TSE], 2019). Importante ressaltar, também, que essa pequena participação das mulheres foi considerada, à época, como a maior da história do Brasil.

Dessa forma, diante da pequena participação das mulheres na política institucional brasileira, faz-se necessário compreender como se deu a inserção das poucas mulheres que ocupam cargos nesse meio. Há uma lacuna de análise de gênero no campo da pesquisa sobre carreiras políticas no Brasil (Marques, 2021). A relevância desta pesquisa está no fato de que, de acordo com Moritz (2017), a maioria das pesquisas sobre mulheres e política debruçam-se sobre questões referentes à sub-representação feminina e/ou ao impacto, limites das ações afirmativas na inserção de mulheres na política. Este artigo avança ao destacar a presença das mulheres na política e, não, sua ausência. O objetivo, neste estudo, é verificar os fatores que influenciam e/ou dificultam a inserção das mulheres na política brasileira.

Neste artigo, além da presente introdução, apresenta-se a descrição do referencial teórico, abordando a inserção na política e o capital político. Em seguida, detalha-se o percurso metodológico adotado e se expõem os resultados e a análise dos dados. As considerações finais encerram o estudo.

INSERÇÃO NA POLÍTICA E O CAPITAL POLÍTICO

A porta de entrada na política formal ocorre por meio da filiação nos partidos políticos. Dessa forma, o recrutamento partidário é parte essencial para a formação de novos políticos e compreende três etapas: filiação, treinamento e ocupação de cargos no ou para o partido (Barros, 2021).

Miguel (2003) afirma que a carreira política não se caracteriza por ser rígida, pelo fato de haver variáveis que influenciam as candidaturas, bem como pelas incertezas que caracterizam as disputas eleitorais. Por exemplo, há indivíduos que nunca disputaram o pleito eleitoral – intitulados *outsiders* – e venceram as disputas.

O capital político serve como meio para compreender a inserção e a participação na política. Originado do conceito de capital simbólico estudado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1989, pp. 187-188), o termo refere-se ao “[...] crédito firmado na crença e no reconhecimento, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem”.

Miguel (2003, p. 115) completa que o capital político é entendido como “[...] reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente”. Quanto maior o capital político, maior legitimidade e maior habilidade de atuação no campo político (Miguel, 2003; Moritz, 2017). Já o baixo capital político é uma das explicações para o não recrutamento de candidatos e para as candidaturas não competitivas, principalmente quando se analisam as candidatas mulheres (Marques, 2021).

Para Sáez (2017), a carreira política e o capital político possuem certa tradição e o campo político no Brasil é formado por fatores que favorecem a acumulação do capital político (Kerbaui & Assumpção, 2011). Além disso, no Brasil, a inserção dos políticos ocorre geralmente pela conversão de seu capital político em forma de apoio (Araújo, 2010).

Dessa forma, Miguel (2003) classifica duas formas de capital político que funcionam no contexto brasileiro: o capital delegado e o capital convertido. O capital delegado é compreendido pela visibilidade adquirida por mandatos eletivos e/ou pela ocupação de cargos públicos anteriormente pelo indivíduo. É o capital obtido por meio de uma instituição. O capital convertido é entendido como a visibilidade obtida em outra área de atuação, capital não político, e transposta para a política; por exemplo, um jogador de futebol que é eleito deputado federal.

Além disso, Miguel et al. (2015) identificaram as seguintes formas de capital político no contexto brasileiro, em um estudo com deputados e deputadas federais, realizado no período de 2002 a 2015: 1. capital econômico: quando o indivíduo possui bens ou tem relacionamento com algum grupo econômico; 2. capital midiático/convertido: quando o indivíduo já possui uma visibilidade e é conhecido – por exemplo, ator, jornalista, radialista, cantor, celebridade do esporte, entre outros; 3. direção de sindicatos e federações de trabalhadores, bem como de associações patronais; 4. vinculação com religião, na posição de líder; 5. capital delegado: de cargos públicos ocupados anteriormente; e 6. capital familiar: quando há membros políticos na família e o indivíduo se beneficia com o prestígio e/ou os contatos desses parentes.

Os autores ainda citam algumas outras formas de capital político relevantes principalmente nas políticas locais, quais sejam: participação em movimentos sociais e em organizações da sociedade civil, bem como o capital advindo da atuação profissional, permitindo uma rede de contatos; por exemplo: médicos e professores (Miguel et al., 2015).

A literatura aponta que o capital familiar ou familismo também está presente em boa parte da política brasileira (Araújo, 2010; Marques et al., 2021; Miguel et al., 2015; Moritz, 2017; Oliveira et al., 2017; Silva et al., 2023). Esse capital pode fornecer ao indivíduo o conhecimento necessário sobre o funcionamento do espaço político, a visibilidade já conquistada pelo parente e seu prestígio e, com isso, o sobrenome como uma marca de valor e a rede de contatos com outros colegas políticos, como cabos eleitorais, financiadores de capital econômico, entre outros (Miguel et al., 2015; Silva et al., 2023). Assim, Moritz (2017) ressalta que, além de outros recursos, a rede de contatos é muito importante para a participação na política.

Miguel et al. (2015, pp. 727-728) afirmam que “[...] é relativamente frequente que um político que passa da política municipal para a estadual ou dessa para a federal mobilize recursos para colocar um filho, cônjuge ou irmão disputando o cargo que deixou vago”.

Araújo (2010, p. 579) afirma que, no contexto brasileiro, pode-se considerar “a política como propriedade familiar”, principalmente para as mulheres. Isso quer dizer que o capital político familiar é um recurso de inserção de homens e mulheres na política brasileira, porém, no caso das mulheres, além de ser utilizado com maior frequência, “pode ser compreendido como um atalho, um elemento facilitador” para a inserção na política (Silva et al., 2023, p. 102). Moritz (2017) reafirma que o capital familiar é como uma herança política e tem se mostrado como um recurso importante para alavancar as mulheres nesta área.

Outro recurso político importante no Brasil, considerado por Almeida et al. (2012), é o capital associativo. Entende-se por capital associativo sindicatos, associações profissionais, associações religiosas, estudantis, organizações assistenciais, organizações de mulheres, grupos comunitários e movimentos sociais. Para os autores, ainda que o capital familiar seja uma importante entrada para as mulheres na política brasileira, verifica-se um aumento da entrada de mulheres na política também pela associação a esses movimentos. Ainda que esse capital não aconteça necessariamente na política institucional, é considerado uma atividade de socialização política muito importante (Marques et al., 2021).

Unzué (2012) avalia também o diploma universitário como um capital simbólico político no Brasil, pois, esse capital resulta em um prestígio social. O autor ainda complementa que os políticos brasileiros possuem, em sua grande maioria, um diploma universitário e, para comprovar esse fato, traz dados sobre os parlamentares de 2006 (Unzué, 2012). No entanto, o percentual de deputados com ensino superior, eleitos no pleito de 2018, permanece em 80,89% (Câmara dos Deputados, 2019).

Para Miguel (2003, p. 121), “[...] como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade”. Os estudos sobre trajetória política das mulheres no Brasil mostram que, no caso delas, o capital familiar possui uma grande relevância e é uma de suas principais formas de acesso na carreira política. Embora também o seja para os homens, nesse caso o capital familiar apresenta-se apenas como um dentre outros recursos de que dispõem (Araújo, 2010; Miguel et al., 2015).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo, foi conduzida uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, buscando descrever o fenômeno da inserção das mulheres na política e os seus capitais políticos.

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada com deputadas federais eleitas em 2018. A escolha pelas deputadas federais justifica-se porque, de acordo com Miguel (2003), a Câmara dos Deputados é muito importante para a carreira política brasileira, sendo considerada pelo autor a principal porta de entrada para a política nacional para aqueles que atuam na política local.

Foram feitos contatos por *e-mail* e pelas redes sociais com todas as deputadas federais eleitas em 2018, com mandato efetivo na data das entrevistas. Ao todo, 74 deputadas receberam o *e-mail*, mas apenas 26 retornaram o contato. Depois de empreendidas muitas tentativas com essas parlamentares, oito aceitaram realizar as entrevistas.

Assim, de acordo com o exposto, o grupo de pesquisa incluiu 8 deputadas federais eleitas em 2018. O tempo médio das entrevistas foi de 45 minutos. Por questões relacionadas ao período de pandemia da COVID-19, as entrevistas foram realizadas de forma remota, por meio das plataformas Zoom ou Google Meet, conforme preferência das parlamentares.

A realização das entrevistas ocorreu em duas etapas: elaboração do roteiro da entrevista, com base na literatura, e verificação do roteiro. A entrevista para verificação do roteiro permitiu uma reavaliação do instrumento, bem como o seu aperfeiçoamento, que consistiu em ajustes voltados ao alcance dos objetivos da pesquisa.

Para a análise dos dados foi aplicada a análise temática, proposta pelas autoras Braun e Clarke (2006). Trata-se de um método analítico qualitativo cujo objetivo é detectar, analisar e descrever padrões e temas, com base nos dados da pesquisa, por meio de organização e relato detalhados dos dados. Assim, “[...] a análise temática envolve a busca através de um conjunto de dados – seja em uma série de entrevistas ou grupos de foco, ou em uma série de textos – para encontrar padrões repetidos de significado” (Braun & Clarke, 2006, p. 15).

A análise temática, conforme proposta por Braun e Clarke (2006), possui seis fases. No primeiro momento, foi realizada a fase de familiarização com os dados (fase 01), ao longo da qual foram feitas diversas leituras das entrevistas transcritas das deputadas. Após as leituras, foram gerados os códigos iniciais dos extratos dos textos transcritos das entrevistas (fase 02), que identificam as características dos dados. Após a revisão dos temas (fase 03), com a verificação de funcionamento dos temas em relação aos extratos que foram codificados (fase 04), bem como após a definição dos temas, com a refinação destes (fase 05), produziu-se o relatório com a análise dos dados (fase 06).

Dessa forma, os temas foram identificados por meio dos códigos iniciais da pesquisa. As transcrições das entrevistas foram organizadas em extratos, os quais foram classificados em códigos. Após a classificação de todo o material, os códigos foram agrupados em temas. Foram criados seis temas com os dados coletados na pesquisa. Este trabalho faz parte de um recorte de uma pesquisa de doutorado; nele foi discutido apenas um dos seis temas identificados na tese: a inserção na política. Logo, é importante ressaltar que os resultados deste artigo são referentes a um pequeno recorte de uma tese, sendo apresentada uma das temáticas identificadas na análise temática da pesquisa, a inserção na política, com suas subtemáticas: (1) inserção na política, (2) apoio dos partidos políticos e (3) preparação para a política.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil em 14 de setembro de 2021, com o CAAE nº 51072421.4.0000.5137.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Com o objetivo de manter o sigilo em relação aos nomes das entrevistadas, optou-se por nomeá-las, nesta pesquisa, com o primeiro nome de mulheres pioneiras no Brasil em diversas áreas: Esther de Figueiredo, primeira mulher a dirigir uma universidade no Brasil; Almerinda Gama, advogada e líder sindical, primeira mulher a votar como delegada na eleição para a Assembleia Constituinte de 1933; Maria Lenk, nadadora, primeira brasileira a representar o Brasil em uma Olimpíada; Rita Lobato, primeira brasileira a se formar em medicina no Brasil, em 1887; Alzira Soriano, primeira prefeita da América Latina; Eugênia Moreyra, jornalista, primeira repórter mulher do Brasil; Ellen Gracie, primeira mulher a integrar a Suprema Corte do Brasil; Myrthes de Campos, reconhecida como primeira advogada do Brasil.

O Quadro 1 apresenta algumas características das deputadas entrevistadas.

Quadro 1
Características das deputadas entrevistadas

Deputadas	Idade	Filhos	Estado Civil
Esther	51 anos	02 filhas: 19 e 15 anos	Casada
Almerinda	63 anos	03 filhos: 40, 34 e 25 anos	Casada
Maria	43 anos	02 filhos: 21 e 12 anos	Casada
Rita	57 anos	02 filhas: 30 e 27 anos	Casada
Alzira	69 anos	03 filhos: 41, X, X.	Casada
Eugênia	54 anos	02 filhos: 13 e 21 anos	Casada
Ellen	40 anos	01 filha: 02 anos	Casada
Myrthes	58 anos	02 filhos: 27 e 28 anos	Casada

Fonte: Dados da Pesquisa.

Todas as deputadas entrevistadas caracterizam-se como brancas. Esse dado está em conformidade com o perfil das deputadas eleitas no pleito de 2018, visto que a proporção de mulheres brancas é de 81,8%, indicando uma sub-representação de deputadas mulheres pardas, pretas e indígenas na política brasileira (Marques et al., 2021).

Em termos de faixa etária, seis das oito deputadas têm mais de 50 anos. Esta faixa é maior do que a faixa etária média em 2018, cuja variação está entre 38 e 47 anos (Marques et al., 2021).

Todas são casadas e possuem filhos, dados que também estão em conformidade com a maioria das eleitas em 2018 (Marques et al., 2021; Silva et al., 2023). Apenas uma deputada possui uma filha, as demais são mães de dois filhos ou mais. Os filhos são, majoritariamente, adultos; há somente três adolescentes e uma filha bebê. O que indica apenas uma deputada com filha em idade de criança pequena, a demandar mais tempo de dedicação, conforme aborda Santos (2012) em sua pesquisa com executivas.

No quesito formação acadêmica, todas possuem curso superior em diversas áreas: psicologia, administração, pedagogia, jornalismo, matemática e direito. Das oito deputadas, duas possuem doutorado e uma, mestrado. Esse dado está em linha com a pesquisa de Unzué (2012), o qual considera o diploma universitário um capital simbólico político no Brasil. Na atuação profissional, duas eram professoras, uma bancária, uma servidora pública estadual, duas jornalistas, uma advogada e empreendedora e uma advogada.

Quanto às atividades exercidas na política formal, com cargos eletivos, três deputadas eram iniciantes em 2018. Na classificação de Miguel (2003), isso as caracteriza como *outsiders*, em virtude de nunca terem disputado o pleito eleitoral anteriormente e terem vencido as disputas em um cargo de maior nível hierárquico.

Aqui é importante discorrer sobre essa caracterização de *outsiders*, já que as eleições de 2018 caracterizaram-se pela renovação dos candidatos, cenário em que a maioria das deputadas foi eleita pela primeira vez para a Câmara dos Deputados e 28,6% eleitas pela primeira vez na política (Marques et al., 2021).

Apesar disso, as pesquisas apontam que um dos fatores de maior influência para o sucesso eleitoral está relacionado ao capital político adquirido por uma vivência eleitoral anterior (Chaves & Mancuso, 2020). Araújo et al. (2022) ressaltam que, embora o sucesso das candidaturas dependa de vários fatores, candidatos que exerciam outros cargos eletivos ou buscam uma reeleição acabam tendo mais chances.

Esse é o caso das outras cinco deputadas que iniciaram a vida na política formal anteriormente com os cargos de vereadora, deputada estadual e deputada federal. Esses dados corroboram a afirmação de Miguel (2003) sobre a carreira política no Brasil ter como base o cargo de vereador. Dessas cinco, apenas duas estão em seu terceiro mandato como deputada federal e uma está em seu segundo mandato, enquanto as demais estão em seu primeiro mandato no cargo.

A classificação das deputadas levando-se em conta o espectro ideológico foi realizada de acordo com o estudo de Bolognesi et al. (2022). Para proteção de sua identidade, o espectro ideológico não será relacionado ao seu nome nesta pesquisa. No Quadro 2 temos a descrição desses dados.

Quadro 2
Espectro ideológico das deputadas

Partido	Número de Deputadas Entrevistadas	Ideologia
Novo	1	Direita
PP (Progressistas)	1	Direita
PMDB	1	Direita
PT	2	Esquerda
Avante	1	Centro-Direita
PSL	1	Direita
PSB	1	Centro-Esquerda

Fonte: Dados da pesquisa adaptado de Bolognesi et al. (2022) e Câmara dos Deputados (2023).

Esses dados estão em consonância com o perfil das eleitas em estudo realizado por Marques et al. (2021), no qual se verifica uma alta fragmentação partidária brasileira, de modo que, dentre as deputadas entrevistadas, apenas duas pertencem ao mesmo partido. Esse estudo indicou os partidos que mais elegeram deputadas: PT e PSL. Dos partidos que conseguiram cadeiras em 2018, 22 apresentam mulheres eleitas, sendo 11 deles de direita (Silva et al., 2023).

Conforme os dados do Quadro 2, das oito entrevistadas, duas são de esquerda, de acordo com a classificação de Bolognesi et al. (2022); quatro deputadas são classificadas como de direita; uma, como de centro-esquerda e uma como de centro-direita. As parlamentares examinadas nesta pesquisa representam o perfil das deputadas eleitas em 2018, qual seja: maioria de deputadas de direita (44,2%), conforme Marques et al. (2021), na distribuição entre esquerda (33,8%), centro (22,1%) e direita.

Dessa forma, verifica-se que as deputadas entrevistadas nesta pesquisa estão em conformidade com o perfil geral das deputadas eleitas em 2018, conforme analisado por Silva et al. (2023): mulheres majoritariamente posicionadas à direita, brancas, escolarizadas, casadas, com filhos e com experiência política anterior.

Conforme informado na metodologia, os resultados são referentes ao tema “inserção na política”, sendo organizados e apresentados a seguir em subtemáticas: (1) inserção na política, (2) apoio dos partidos políticos e (3) preparação para a política.

Inserção na política

Esther teve o contato com a política ao participar de manifestações e, posteriormente, ao se tornar organizadora das reuniões políticas do partido. Nesta última função, ficou responsável por incentivar as candidaturas femininas fazendo contato com as mulheres que conhecia. Algumas delas acabaram por cobrar a sua candidatura: “[...] e aí as que vieram, falaram: ‘Ah, não, a gente veio, você vai também, você também vai virar candidata’. Aí falei, ‘Ah tá bom, né’, aí eu virei candidata” (Esther).

Almerinda sempre se incomodou com a desigualdade social. Quando ingressou na universidade, começou a participar de movimentos estudantis: “[...] aí eu nunca mais saí, né, isso daí tem sei lá quantos anos, uns quarenta e tantos anos, desde 1976” (Almerinda).

Maria já tinha contato com a política por ser jornalista e trabalhar com essa temática por cerca de 20 anos. Ela ressalta que sua participação ocorreu por pressão de seu público “[...] e aí em 2018 eu fui empurrada para a candidatura. Eu resisti muito” (Maria).

Ao exercer a profissão de professora ao longo de sua vida, Rita foi motivada por seus colegas a participar das reuniões de seu partido que ocorriam em sua cidade. Assim, desde muito cedo, já participava da política partidária: “Aí teve uma reunião na cidade em que eu morava para discutir o [Partido]. Eu, aí me convidaram, já que eu tinha a cara, eu fui lá. Aí eu falei: ah, já que é assim, já vou me filiar também, e passei a militar politicamente” (Rita).

Alzira era casada com um político e iniciou sua participação na política como parceira de seu marido. Depois, já com experiência no jogo político, inseriu-se na política formal: “No processo político, eu participo como parceira desde 1979 e, como candidata, desde [...], eu fui candidata a vereadora, em 1988” (Alzira).

À semelhança de Maria, Eugênia também exerce a profissão de jornalista. Decidiu se candidatar na política “de repente”: “Eu já estava cansada do meu trabalho como jornalista, não é cansada, eu já tinha alcançado o topo do que eu poderia esperar, né, [...]. E aí vieram os convites” (Eugênia).

Ellen teve forte influência de sua mãe, que foi vereadora por quatro mandatos: “[...] E ela, na verdade, foi a primeira pessoa que percebeu em mim essa possibilidade de uma veia política, me convidando então para que, nas próximas eleições, eu pudesse ser candidata a vereadora no lugar dela [...]” (Ellen). Depois de já estar inserida na política, Ellen conheceu seu marido, que também atuou como político.

Myrthes, outra parlamentar casada com um político, reconhece que sua inserção na política se deu pela influência de seu marido: “E a política entrou na minha vida devido ao meu casamento. [...] e casei com um político e, de certa forma, me transformei também em uma política” (Myrthes).

Uma análise da inserção na política considerando o capital político das deputadas entrevistadas, conforme classificação de Miguel (2003) e Miguel et al. (2015), retorna os resultados apresentados no Quadro 3:

Quadro 3
Capitais Políticas das Deputadas Entrevistadas

Deputadas	Tipo de Capital	Justificativa	Falas
Esther	Capital advindo da participação em movimentos sociais.	Iniciou sua trajetória política após as manifestações políticas e organização de reuniões partidárias.	“Bom, resumindo, eu virei organizadora de reuniões políticas, porque eu era, pelo fato de eu ceder o espaço, então eu cedia, eu organizava, eu chamava e tudo” (Esther).
Almerinda	Capital advindo da direção de sindicatos e federações de trabalhadores.	Ingressou na política desde o movimento estudantil, mas depois participou ativamente do movimento sindical, tornando-se presidente.	“Eu comecei minha vida política em 1976, [...], quando entrei para o curso de psicologia e ali entrei no movimento estudantil” (Almerinda).
Maria e Eugênia	Capital midiático/ Capital convertido.	Jornalistas que desfrutaram do reconhecimento conquistado na profissão.	“Aí aumentou ainda mais a minha responsabilidade, porque eu acredito que muita gente votou em mim, não acreditando muito que eu ia ser uma excelente deputada, mas votou porque gostava de mim: ‘Ah, eu gosto do trabalho dela como jornalista, não sei o que ela vai fazer, mas vamos apostar.’ Apostaram!” (Eugênia).
Rita	Capital delegado.	Ocupou os cargos de secretária municipal de educação, secretária e secretária-adjunta de estado da educação.	“Para ser vereadora, eu estava terminando uma gestão na secretaria municipal de educação; e, de uma forma, todo mundo: ‘Candidata, candidata’, eu acabei me candidatando” (Rita).
Alzira, Ellen e Myrthes	Capital familiar.	Possui familiares que já participaram da política.	“[...] porque eu acredito que elas me deram o voto de confiança respaldado no trabalho da minha mãe” (Ellen).

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados corroboram as conclusões de Araújo (2010), Grossi e Miguel (2000), Miguel (2003) e Silva et al. (2023) a respeito de o capital familiar emergir como uma das principais vias de acesso das mulheres à política. Isso é evidenciado pelo fato de que, entre as oito deputadas analisadas, três detêm esse tipo de capital. Conforme apontado por Miguel et al. (2015), há uma significativa presença de mulheres que ingressaram na Câmara dos Deputados por meio do capital familiar. Importante salientar que as mulheres abordadas nesta pesquisa são brancas. Portanto essa forma específica de capital, assim como todos os demais resultados do estudo, diz respeito exclusivamente ao perfil dessas mulheres, o que não permite generalizações além deste contexto.

Além disso, observa-se que os cônjuges das parlamentares analisadas representam a principal fonte do capital familiar de três deputadas. Esse cenário também se confirma com Ellen, que inicialmente assumiu o lugar da mãe e posteriormente casou-se com um político que a auxiliou em suas campanhas como deputada. Isso ressalta a presença de um capital masculino, indicando que os homens continuam desempenhando papéis significativos na política, mesmo que seja para o sucesso eleitoral das mulheres (Silva et al., 2023).

Na análise do espectro ideológico com base na classificação de Bolognesi et al. (2022), verifica-se que as três deputadas que possuem laços familiares estão situadas mais à direita. Esse resultado coaduna-se com a pesquisa de Resende e Eptácio (2017) e de Silva et al. (2023), os quais concluíram que, diferentemente das congressistas de direita, as deputadas de esquerda apresentam uma trajetória pouco ligada ao capital familiar. Além disso, as três deputadas com capital familiar já possuem experiência na vida política, o que confirma que esse capital é mais comum entre candidatas não novatas (Miguel et al., 2021).

Ademais, verifica-se que o capital midiático/convertido também se destaca como uma forma de inserção das mulheres na política. Assim comprovam as duas deputadas que, como jornalistas, converteram a visibilidade da profissão em capital político. A literatura trata esse capital como uma dentre outras formas efetivas no contexto brasileiro, conforme aborda Miguel (2003), já que no Brasil as instituições partidárias são vulneráveis.

No contexto do capital familiar, Miguel et al. (2015) afirmam que é comum no Brasil que políticos que buscam avançar na carreira política mobilizem recursos políticos para inserir seus filhos, cônjuges ou familiares nos cargos que deixam vagos. Essa situação ocorreu com Ellen. Diante da decisão de sua mãe de concorrer ao cargo de vice-prefeita e não mais como vereadora, Ellen foi indicada por ela para substituí-la na disputa pela vaga. O caso de Ellen evidencia a influência exercida por sua mãe em sua trajetória política.

Alzira participava ativamente das campanhas de seu marido, posteriormente, optou por ingressar formalmente na política. Apesar de já conhecer o jogo político, Alzira ressalta as dificuldades que enfrentou. Em virtude de ser esposa de um político, defrontou-se com a percepção limitada quanto à sua capacidade de atuar na política:

Fazer entender que, mesmo eu sendo a mulher de [marido], né, [...], eu poderia dar uma contribuição mesmo sendo a mulher dele. Isso é muito difícil, isso até hoje, essa percepção dentro do partido, de que eu também tenho o direito de participar. Eu sofro, [...], e isso é realmente uma das dificuldades (Alzira).

Alzira relata a reação de susto do marido quando lhe informou que seria candidata na política formal:

Aí ele olhou assim bem sério para mim e: “tu tens essa certeza? Tu sabes o passo que tu estás dando?”. Aí, eu disse assim: sei, pode ficar tranquilo que eu não vou criar constrangimento para ti, vou te ajudar, fazendo também a minha campanha (Alzira).

Mesmo como esposa de político, trabalhando em suas campanhas, assessorando-o e tendo contato direto com o ambiente, Alzira é questionada pelo marido a respeito de sua decisão de passar a atuar formalmente na política. Em sua pesquisa, Araújo (2010) também evidencia a resistência de um marido que não queria a inserção da sua esposa na política.

Diante da fala da Alzira, é possível observar uma preocupação do marido com a continuidade do assessoramento da esposa em suas campanhas eleitorais e/ou com algum constrangimento que ela poderia lhe gerar. Essa preocupação do marido reforça o sentimento de Alzira com relação à dificuldade de ser vista pelas pessoas, incluindo o próprio marido, como alguém sem capacidade de ingressar na política.

Também Eugênia narrou a reação do marido diante de sua decisão de participar da política:

Meu marido não queria de jeito nenhum que eu me candidatasse. Ele é engenheiro, e falou: “Nossa, que isso, vai estragar sua vida, vai estragar sua carreira, vai jogar teu nome, ninguém gosta de político, você vai jogar teu nome na lama” (Eugênia).

Ellen costumava consultar o marido sobre suas candidaturas, em razão de seu envolvimento prévio na política:

[...], eu que, na verdade, pedi para o meu marido para que eu pudesse ser candidata a deputada federal. No momento, ele não achava que era uma boa ideia, porque, deputada federal, a chance era mínima de eu ser eleita. Até ele propôs que eu podia ser candidata a deputada estadual, eu falei que deputada estadual eu não queria [...] (Ellen).

Apesar de as deputadas não encontrarem impedimento à sua candidatura e se manterem firmes nesse objetivo, é notória a persistência do patriarcado nas relações conjugais, conforme abordado por Saffioti (2004). O autor afirma que o patriarcado está em constante transformação e se adaptando às novas configurações sociais, sendo diferente nos graus de domínio exercido pelos homens. Percebe-se uma situação de questionamento e de negação por parte dos maridos quando estes tomam conhecimento do interesse das esposas em ingressar na política formal, seja por não desejar a candidatura, seja por tentar influenciar as esposas no que acreditam ser “uma boa ideia”. Dessa forma, as falas das deputadas corroboram os estudos de Grossi e Miguel (2000), os quais afirmam que as mulheres enfrentam obstáculos no ambiente familiar, incluindo seus esposos, relacionados à sua participação na política.

No que diz respeito a dificuldades de ingressar nos partidos políticos, as deputadas Esther, Maria, Eugênia, Ellen e Myrthes relatam que não as tiveram:

Nada, absolutamente nada. [...]. Não, não tive sofrimento nenhum (Esther).

Eu não senti uma dificuldade específica, porque fazia pelo menos 1 anos que os partidos me convidavam para entrar na política, porque é jornalista, né, já tinha uma carreira, tinha seguidores, tinha fãs, aquela coisa toda. Então, eu era um ativo para qualquer partido naquele momento. Então, os partidos estavam me disputando, né? (Maria).

Na filiação ao partido, não tive grandes dificuldades, né; como eu falei, eu tive o convite. Fui convidada por nove e escolhi um (Eugênia).

Não, porque hoje eles precisam de mulheres, né, os 30% (Ellen).

Conforme Araújo (2010), no Brasil, raramente se encontram obstáculos ao pleito das mulheres, dado o considerável número de candidaturas femininas. Percebe-se que as deputadas não enfrentaram dificuldades ao se filiarem aos partidos políticos, uma vez que estes precisam atender ao requisito legal de garantir que, no mínimo, 30% das candidaturas eleitorais sejam ocupadas por mulheres, conforme estipula a Lei nº 9.504 (1997). A filiação representa o primeiro passo para as candidaturas, e a entrada nos partidos políticos não constitui barreira para as deputadas, já que algumas delas foram, até mesmo, convidadas a se filiarem.

Dessa forma, conforme aborda Rezende (2017), percebe-se que a lei de cotas é importante e necessária à inserção das mulheres na política. Isso se evidencia nesta pesquisa diante do fato de que a lei de cotas evita que as mulheres tenham dificuldades ao se filiarem aos partidos. Importante ressaltar que isso não quer dizer que essas deputadas não enfrentem dificuldades nas campanhas e na atuação política.

Apoio dos partidos políticos

De acordo com Araújo (2010), os partidos políticos devem ser considerados como o espaço central de organização da representação política nas democracias. Além disso, a autora afirma que, no Brasil, a inserção dos políticos ocorre mais pelo capital político que a pessoa possui e converte em forma de apoio.

Apesar de as deputadas não encontrarem dificuldades na filiação ao partido, na campanha política o cenário se modifica de tal forma, que o apoio passa a ser mínimo ou inexistente:

O partido, a gente não tem dinheiro do partido. Mas, o partido, eu lembro que ele deu o contador e o advogado para a gente consultar, para saber o que pode fazer e o que não pode fazer (Esther).

Partido não me ajudou em nada, absolutamente nada, eu fiz a minha campanha sozinha, do jeito que eu quis. Mas, assim, nada é nada [...]. Então, assim, os partidos em geral, eles usam as mulheres para cumprir cota, ponto, né? (Maria).

Toda dificuldade. [...]. E, *aí, eu como a mulher dele concorrendo com caciques de dez mandatos na Câmara de Vereadores (Alzira).*

E eu tive grandes dificuldades de apoio, dinheiro também, porque as campanhas, elas são financiadas pelo fundo partidário, e como eu não era, eu era só uma aposta, né, do partido, eu tive essa dificuldade (Eugênia).

A percepção é de que os partidos políticos focam apenas no cumprimento da legislação de cotas de gênero (Costa & Gonçalves, 2021) e ignoram a necessidade de suporte para a maioria das mulheres durante as campanhas eleitorais. Ficou evidente que os partidos políticos, além de ignorarem tal suporte, até mesmo o evitam como estratégia para excluir as mulheres da política.

Isso significa que os partidos políticos apenas cumprem o mínimo exigido na legislação quando se trata das candidaturas das mulheres, restringindo-se a preencher o número de cotas exigido pela lei e distribuindo o mínimo de recursos ou, até mesmo, nenhum, como no caso de Eugênia.

O que parece é que os partidos evitam deliberadamente esse apoio como estratégia para excluir as mulheres do espaço político e manter a hegemonia masculina. Tal cenário alinha-se com a abordagem de Bueno e Junckes (2020) e Chaves e Mancuso (2020), os quais indicam que a probabilidade de sucesso eleitoral está diretamente relacionada ao financiamento, que, majoritariamente, favorece os homens.

Essa situação fica explícita em uma situação mencionada pela deputada Maria, na qual o partido relutava em disponibilizar recursos para a sua campanha à prefeitura de uma capital do país em 2020:

E, agora, como sendo na minha campanha para prefeita, eles estavam lá não querendo ajudar em nada, né [...]. Mas eles queriam distribuir entre os homens, entre os amigos (Maria).

A ausência de suporte não ocorre somente no caso de recursos financeiros, mas também das lideranças, dos outros políticos, como relatado por Eugênia. Esse suporte não só é importante, como traz credibilidade e votos para os candidatos durante a eleição, sendo fundamental para o sucesso eleitoral. Moritz (2017) aborda que a rede de contatos é outro importante recurso para as disputas eleitorais.

Nesta pesquisa, ficou evidente a importância da falta de recursos e de apoio como forma de evitar a presença dessas mulheres nesses espaços. Esses dados estão de acordo com Krook e Norris (2014), os quais apontam que as mulheres possuem menos recursos na participação na política, bem como com a pesquisa de Chaves e Mancuso (2020), que demonstraram que as mulheres foram prejudicadas nas eleições de 2018.

Para Matos (2010), as mulheres têm menos chances de receber suporte nas campanhas políticas pelo partido e, conforme os dados da pesquisa de Eduardo (2018), a distribuição dos recursos é voltada para os homens. Dessa forma, as mulheres são prejudicadas pela disponibilidade desigual de recursos financeiros para as campanhas, não concorrendo em condições de igualdade com os candidatos homens (Carvalho & Yasuda, 2017).

Ellen foi filiada a dois partidos ao longo de sua carreira política. No primeiro, após se eleger como vereadora, recebeu o convite para ser candidata à deputada federal. Embora esse partido a tenha oferecido uma estrutura de trabalho para a campanha, isso nunca se concretizou:

Quando eles me convidaram para ser candidata, eles até ofereceram uma estrutura de trabalho que nunca chegou, né, infelizmente, essa é uma realidade, que nunca chega, nem suporte financeiro e nem depois material (Ellen).

No segundo partido, a filiação foi intermediada por seu marido. Neste, seu atual partido, sua trajetória foi diferente:

Tudo que meu partido me prometeu, ele cumpriu. [...]. Nessa, então, tudo chegou e a gente conseguiu então fazer com que a nossa eleição fosse vitoriosa e nós iniciamos então nosso trabalho como deputada federal (Ellen).

As duas situações vivenciadas por Ellen proporcionam a seguinte reflexão: os recursos no segundo partido foram obtidos porque sua filiação e candidatura foram negociadas por seu marido? Ou, ainda, pelo fato de ele ser homem?

Partidos políticos são majoritariamente geridos por homens e seu poder concentra-se nos “caciques partidários”, conforme abordam Toledo e Jardim (2019), bem como os relatos das deputadas entrevistadas nesta pesquisa.

Segundo Matos (2010), os partidos políticos são espaços dominados por homens, que criam obstáculos para as mulheres ao adotar um modelo patriarcal e/ou masculino. Com isso, é possível deduzir que a intervenção de um homem nas negociações partidárias aumenta as chances de sucesso, conforme a situação mencionada por Ellen. Esta circunstância indica que o patriarcado exerce uma influência direta no cenário político, criando dificuldades e barreiras para as mulheres, favorecendo os homens ou as mulheres que possuem ligação com algum homem na política, bem como aqueles que possuem capital familiar.

Também as deputadas Almerinda, Rita e Myrthes obtiveram apoio na última campanha eleitoral:

Depois você vai consolidando, como eu estou no meu quinto mandato, aí é um pouco diferente, né. [...]. Mas foi muito importante, foi muito importante, porque é muito desigual tudo (Almerinda).

O [Partido] é um partido que cria o espaço para você, [...], mas eu ouço muito as dificuldades, e eu acho que eu também tenho dificuldades, meu partido também tem (Rita).

Nós tivemos apoio financeiro, né, do fundo partidário [...] (Myrthes).

Almerinda recebeu apoio do partido em sua última campanha eleitoral, devido ao seu terceiro mandato como deputada federal e quinto mandato na política formal, beneficiando-se da condição de reeleição. Observa, no entanto, desigualdades no apoio dado pelo partido para outras mulheres. Rita confirma que o partido não só a apoiou, mas também incentivou a participação de mais mulheres na política. Apesar disso, ela reconhece as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política. No caso de Myrthes, não houve também obstáculos significativos nas campanhas políticas, a parlamentar recebeu apoio financeiro do partido.

É importante lembrar que o marido da Myrthes também é político e isso pode ter sido um elemento facilitador para que a deputada não encontrasse dificuldades no suporte para as campanhas políticas pelo partido. Conforme abordam Miguel et al. (2015), o capital familiar pode propiciar ao candidato o conhecimento necessário sobre o funcionamento do espaço político, a visibilidade já conquistada pelo parente, a rede de contatos de cabos eleitorais, financiamento, entre outros.

Adicionalmente, surge novamente a figura do homem ou marido, por meio do capital familiar, atuando como um facilitador para a ascensão política das mulheres. Esta pesquisa evidenciou que o capital familiar representa uma espécie de “passaporte” para o ingresso das mulheres nesse ambiente. Ele auxilia no recebimento de apoio e suporte financeiro, aumentando suas perspectivas de sucesso eleitoral. Ou seja, nesse contexto, a mulher não apenas adquire o conhecimento do jogo político por meio do capital familiar, como também o passaporte de entrada.

Myrthes reconhece que está em uma posição privilegiada e que sua situação não corresponde à realidade das deputadas brasileiras:

Eu converso com várias amigas minhas deputadas e que têm muita dificuldade em tudo. [...], sou uma mulher privilegiada, porque as portas sempre estiveram abertas para mim, mas eu sei que o que nós vivemos hoje não é para todo mundo, não é, talvez eu seja uma exceção (Myrthes).

Desse modo, por meio da fala das deputadas, constata-se que todas percebem desigualdades de gênero no apoio às candidaturas pelo partido, conforme abordam Matos (2010) e Eduardo (2018), que abrangem aspectos como recursos financeiros e materiais aplicados nas campanhas eleitorais das mulheres.

Os achados da pesquisa sugerem que mulheres com capital político familiar e na condição de reeleição tendem a ter menos dificuldades na obtenção de suporte dos partidos durante as campanhas eleitorais. O capital familiar, além de ser uma das principais formas de acesso das mulheres à política, o que corrobora a literatura (Moritz, 2017; Silva et al., 2023), também pode ser considerado um recurso que as auxilia a se manterem na política, reduzindo barreiras relacionadas ao conhecimento do jogo político, bem como ao apoio e auxílio financeiro recebido nas campanhas eleitorais.

Importante ressaltar que o capital familiar não elimina as barreiras e dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política. Ele pode apenas ser um facilitador em algumas questões. Também se evidenciou nesta pesquisa que o capital familiar é um facilitador especialmente para mulheres brancas. Tais resultados, no entanto, não podem ser generalizados, ou seja, não se pode afirmar que essa também é a realidade de deputadas não brancas, uma vez que estas não foram entrevistadas.

A deputada Alzira relata que continua enfrentando dificuldades para permanecer no partido. Ela narra uma situação recente em que houve uma tentativa de eliminar a sua candidatura à reeleição:

Só para ter uma ideia hoje, dentro de toda a contribuição que eu já dei para o partido, no início desse ano eu fiquei sabendo que o diretório estadual já tinha me eliminado como candidata à reeleição. Isso já comunicando diretórios municipais que eu não seria candidata. Mas é, a minha luta é permanente (Alzira).

As falas da deputada Alzira corroboram a afirmação de Nakano (2018, p. 6): “o mundo da política exclui as mulheres”. Embora Alzira tenha vasta experiência na política, possibilidade de reeleição e haja a necessidade do preenchimento da cota eleitoral de 30%, sua candidatura foi descartada pelo partido para a eleição seguinte.

Torna-se evidente, assim, que os partidos políticos exercem influência significativa na maior ou menor inserção de mulheres na política e em suas reais chances de eleição. Isso ocorre porque os partidos são os responsáveis pelo recrutamento dos candidatos e candidatas das eleições políticas e pela distribuição dos recursos e apoio para as campanhas políticas (Barbieri et al., 2021; Franco, 2021). Isso significa que os partidos desempenham um papel preponderante na organização das representações políticas (Araújo, 2010).

Preparação para a política

Quanto à questão da preparação para o ingresso na política, Esther menciona que o partido promove processo seletivo para os possíveis candidatos e oferece treinamento e aulas para os interessados:

Na verdade, o processo seletivo, a gente teve um monte de aula online, a gente faz prova, faz projeto de lei. É bem legal! Eu aprendi pra burro, eu estudei pra burro! (Esther).

Em contrapartida, as deputadas Maria, Rita e Eugênia afirmam que os partidos não preparam as mulheres. Como jornalistas, as deputadas Maria e Eugênia já tinham familiaridade com esse ambiente e, adicionalmente, buscaram conhecimento por conta própria. No caso da Myrthes, o fato de o marido ser político lhe propiciou vivência nessa área:

Porque os partidos não preparam as mulheres, né? [...]. Primeiro que eu era jornalista de política, então eu respirava política durante 20 anos, eu só não tinha mandato. [...] Segundo que eu estudei. Na hora que eu resolvi entrar nesse negócio, eu comecei a estudar tudo, Constituição eu devorei de cabo a rabo. [...] Eu sabia o Regimento de cabo a rabo, então eu fui atrás, né (Maria).

Quando eu me elegi, eu fiz o curso do Renova.br para os deputados de primeiro mandato, foi muito importante isso. [...] Mas eu não tive nenhuma outra. A minha preparação foi o meu trabalho como jornalista (Eugênia).

E depois que eu casei com meu marido, que eu vi assim o que realmente era uma política pública diferenciada e aí a gente foi de certa forma entrando, mas já com aquela visão do que era, né? (Myrthes).

As deputadas que ingressaram na política por meio do capital midiático demonstram conhecimento do ambiente político, em virtude do trabalho que desempenharam como jornalistas. O mesmo ocorre com as deputadas que ingressaram na política por meio do capital familiar, uma vez que adquiriram conhecimento prático da política pelo contato direto com o familiar, o que auxilia nessa preparação, como evidenciado pelo caso de Myrthes e de Alzira. Nesta pesquisa, é possível constatar que o capital familiar e o capital midiático atuam como facilitadores para que as deputadas tenham conhecimento da política.

As deputadas Alzira e Ellen apontam a ausência de preparação específica para atuação na política quando iniciaram. Ellen pontua que, à época, as iniciativas disponíveis restringiam-se a palestras ofertadas pelo partido, focadas principalmente em comunicação e questões jurídicas. Hoje a realidade é totalmente diversa, de modo que os partidos passaram a preparar seus políticos:

Não, na época não tinha essa mentalidade no partido, né, de preparar, não só as mulheres, mas acho que, inclusive, os candidatos homens, isso é uma coisa recente e que eu considero muito importante (Alzira).

Hoje a realidade do partido quatro anos depois é totalmente diferente, [...]. E hoje nós temos lá acho que mais de 12 cursos disponíveis gratuitos e online para ele fazer qualquer hora. [...] (Ellen).

Myrthes afirma que não teve tempo para se preparar, seu aprendizado ocorreu ao longo do mandato. Rita também afirma que a preparação veio das experiências da vida:

Não deu tempo [...]. Então, assim, eu, assim, eu não me preparei, como diz o nosso povo, eu fui na tora, está entendendo? Meu primeiro mandato, e no segundo também (Myrthes).

Olha, eu acho que a vida, né, as experiências de vida. [...] eu acabei me candidatando e não teve essa preparação, né, foi aprender, fazer, fazendo (Rita).

As falas das deputadas indicam que a maioria não recebeu preparo ou treinamento específicos para a inserção na política. Krook e Norris (2014) argumentam que planos de carreira e treinamento direcionados para as mulheres são fundamentais para a equidade de gênero na política. Além disso, Marques (2021) ressalta a importância do conhecimento da legislação e do jogo político como recursos essenciais para o sucesso eleitoral. Em contrapartida, os dados mostram que os partidos mudaram seu posicionamento e atualmente oferecem capacitação.

A preparação e qualificação são essenciais para que as mulheres possam ampliar sua participação na política. Ou seja, é necessário que as mulheres adquiram mais qualificação para alcançar os mesmos espaços que os homens (Kanan, 2010).

O Quadro 4 apresenta um resumo dos principais achados desta pesquisa.

Quadro 4
Resumo dos principais achados

	Corroborar a literatura	Contribuição para a literatura
Inserção na política	<ol style="list-style-type: none"> 1. O capital familiar como principal forma de inserção na política pelas mulheres. 2. Alguns políticos inserem seus filhos, cônjuges ou familiares na política, para ocuparem o cargo que deixaram vago e avançarem na carreira. Com isso, algumas mulheres ingressam na política apesar de não desejarem estar nesse ambiente. 3. A cota de 30% é importante e necessária para a inserção de mulheres na política. 4. Resistência e preocupação dos maridos na candidatura das deputadas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capital midiático/convertido também se destacou com uma das principais formas de inserção na política pelas mulheres. 2. Lei de cotas de 30% para a candidatura de mulheres como essencial para que não enfrentem dificuldades na inserção e/ou filiação nos partidos políticos. 3. Partidos políticos podem influenciar na maior ou menor inserção de mulheres na política e em suas reais chances de eleição.
Apoio dos partidos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mulheres possuem menos recursos e enfrentam dificuldades nas campanhas políticas eleitorais. 2. Partidos políticos focam apenas no cumprimento da legislação de cotas de gênero, ou seja, só destinam recursos para as candidatas mulheres porque são obrigados por lei. 3. Pouco apoio dos partidos nas campanhas políticas, principalmente no que diz respeito ao auxílio financeiro. 4. Desigualdade de gênero no partido político. 5. Domínio dos homens nos partidos políticos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Partidos políticos ignoram e evitam o suporte como estratégia para excluir as mulheres da política. 2. A figura do homem político (nesse caso, o marido) como fundamental para que as mulheres consigam recursos e apoio nas campanhas eleitorais. 3. O capital familiar como um “passaporte” que auxilia as mulheres no apoio e no recebimento de recursos financeiros dos partidos.
Preparação para a política	<ol style="list-style-type: none"> 1. A maioria dos partidos políticos não preparou as mulheres para a inserção na política. 2. Mulheres precisam de mais preparo e qualificação para ocupar os espaços do poder. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. O capital familiar e midiático como elementos facilitadores para que as deputadas adquiram conhecimento político.

Fonte: Dados da pesquisa.

CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi verificar, por meio de entrevistas semiestruturadas com oito deputadas federais eleitas em 2018, os fatores que influenciam e dificultam a inserção das mulheres na política brasileira.

Os dados da pesquisa qualitativa deste estudo corroboram o perfil geral das deputadas federais eleitas em 2018. Esse perfil é caracterizado por mulheres majoritariamente posicionadas à direita, brancas, escolarizadas, casadas e com filhos, com experiência política anterior e que contam com o capital familiar.

Dessa forma, verificou-se que o capital familiar associado a esse perfil representa uma das principais formas de acesso entre as mulheres entrevistadas. Importante ressaltar que, neste estudo, esse dado limita-se às mulheres brancas; motivo pelo qual os resultados não podem ser generalizados. O capital familiar se mostra como um importante recurso para a inserção das mulheres na política. Esse resultado está de acordo com os achados na literatura. Ademais, constatou-se que há outras rotas de inserção das mulheres na política. O capital midiático/convertido também se destaca como relevante para a inserção na política das deputadas entrevistadas, como no caso das deputadas que são jornalistas.

As deputadas relataram não terem encontrado dificuldades na inserção e/ou filiação nos partidos políticos. Uma possível explicação para isso é o fato de os partidos necessitarem de mulheres para preenchimento da cota mínima de 30% de candidaturas. Se parte da literatura demonstra que as cotas são importantes para a participação das mulheres na política, nesta pesquisa fica evidente que são essenciais não só para efetivar a sua participação, mas para que não enfrentem dificuldades e barreiras na filiação aos partidos.

Percebe-se que há diferença entre a inserção e a permanência das mulheres na política. Isso ocorre porque surgem dificuldades nas campanhas, tais como: pouco apoio e/ou recursos financeiros do partido para a campanha política, desigualdade de gênero no suporte dado pelo partido, tentativas de impedimento de candidatura, resistência dos maridos à participação de suas esposas na política.

Diante do exposto, fica evidente que, na filiação, as barreiras não se fazem tão presentes como nas campanhas. Ou seja, um dos principais achados do artigo está relacionado ao processo de seleção, preparação e apoio às candidatas, que revela a dinâmica interna dos partidos.

Verificou-se que o capital familiar auxilia as mulheres na obtenção de apoio nas campanhas, conforme indicam as três deputadas que receberam suporte por meio desse capital. A figura do homem como negociador com os partidos políticos facilita a obtenção do apoio necessário para as campanhas. Além disso, destacou-se que a situação de reeleição é propícia ao recebimento de recursos.

O capital familiar é importante para o ingresso das mulheres na política. Ele possibilita o conhecimento prático da política via contato direto com o jogo político. Portanto esse capital pode ser considerado um “passaporte” para o apoio e obtenção de recursos financeiros dos partidos. As mulheres que possuem esse capital geralmente enfrentam menos obstáculos ao ingressar na política, particularmente no que diz respeito ao apoio e obtenção de recursos para as campanhas.

Revelou-se que os partidos ignoram ou até mesmo evitam o suporte como uma estratégia para excluir as mulheres da política e manter a hegemonia dos homens, já que eles são os responsáveis pela distribuição de recursos e de apoio nas candidaturas, por meio da captação de candidatos e candidatas, entre outros. É notório que o sucesso eleitoral, na maioria das vezes, está diretamente ligado ao recebimento de recursos. Assim, se os partidos não distribuem recursos para as mulheres, destinando-lhes apenas o mínimo, contribuem para que sua presença seja pouco significativa.

Esta investigação também traz contribuições acerca da preparação para a inserção na política. Nota-se que atualmente os partidos estão oferecendo cursos e preparando seus candidatos. Porém, esta não foi a realidade vivenciada na campanha por cinco das deputadas entrevistadas; algumas, conforme relatado, “aprenderam fazendo”. Outras já se encontravam inseridas no ambiente político e, com isso, adquiriram conhecimento de como ele funcionava, como as deputadas que possuíam capital familiar e capital convertido.

Importante esclarecer que as mulheres pesquisadas são parlamentares, ou seja, participam da política brasileira. Analisou-se, assim, a situação de um grupo pequeno e restrito de mulheres que alcançaram espaços institucionais na política – historicamente ocupados por homens. Ademais, é importante frisar que os resultados deste estudo se baseiam no grupo de mulheres entrevistadas, as quais se situam predominantemente à direita, são brancas, escolarizadas, casadas e possuem filhos.

Como limitação do estudo, tem-se o pequeno número de deputadas que aceitaram participar da pesquisa. Isso restringiu as características da população estudada, resultando em uma amostra que carece de diversidade, pois não inclui mulheres não brancas. É importante ressaltar que os resultados relacionados à influência familiar não podem ser generalizados em relação a todas as deputadas eleitas em 2018, pois eles se aplicam apenas a um grupo de entrevistadas: mulheres brancas eleitas em 2018.

Para futuros estudos, sugerem-se pesquisas que foquem no desenvolvimento de ações de inclusão das mulheres no ambiente político. Tais ações implicam prover apoio e suporte necessários para que essas mulheres participem integralmente da política. O resultado se traduz em um maior número de mulheres neste cenário.

Ademais, propõe-se a realização de estudos que apresentem o recorte racial das mulheres na política, bem como pesquisas que tratem do sentido do trabalho para as mulheres nesta área, considerando os desafios que elas enfrentam.

REFERÊNCIAS

- Almeida, C., Luchmann, L., & Ribeiro, E. (2012). Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 8, 237-263. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200009>
- Araújo, C. (2010). Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 567-584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200016>
- Araújo, C., Okado, L., Chevitarrese, M., & Romero, K. (2022). *Pesquisa gênero e raça nas eleições de 2022* (Nota técnica nº 3 – Trajetórias eleitorais e chances de eleição: somos todos iguais?) Observatório Nacional da Mulher na Política. <https://www2.camara.leg.br/acamara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/notatecnica-3-parceria-unb-trajetorias-eleitorais-e-chances-de-eleicao-somos-todos-iguais-2014>
- Barbieri, C. H. C., Ramos, L. D. O., Mardegan, I. O., Marin, J. F. M., & Youssef, L. M. (2021). Equalização da disputa ou reprodução de desigualdades? Uso do Facebook por candidatas à Câmara Federal por São Paulo em 2018. *Opinião Pública*, 27(2), 650-680. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021272650>
- Barros, A. T. (2021). Mulheres filiadas a partidos políticos: Relatos de experiências femininas na política partidária. *Revista Artemis*, 31(1), 265-295. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/55542>
- Bolognesi, B., Ribeiro, E., & Codato, A. (2022). Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, 66(2), e20210164. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Bueno, A. A. M., & Junckes, I. J. (2020). Dinheiro, democracia e a (sub) representação das mulheres nas eleições de 2008, 2012 e 2016 no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 11(2), 97-117. <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v11i2.81598>
- Câmara dos Deputados. (2019). *Perfil da bancada eleita*. <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficoshtml5/composicaoacamara2019/indexavel#text5>
- Câmara dos Deputados. (2023). *Quem são os deputados*. <https://www.camara.leg.br/deputados/quemsao/resultado?search=&partido=&uf=&legislatura=56&sexo=F&pagina=4>
- Carvalho, D. D., & Yasuda, T. G. A. (2017). Sub-Representação Feminina na Política Brasileira em Face das Inovações Democráticas Legislativas. *Virtuajus*, 2(2), 363-383. <https://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/15500>
- Chaves, B. M., & Mancuso, W. P. (2020). Raça e gênero nas eleições brasileiras: uma análise sobre a influência de marcadores sociais na disputa à Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas em 2018. In *Anais do 1º Seminário Discente de Ciência Política da UFPR*, Curitiba, PR, Brasil. <https://eventos.ufpr.br/SDCP/SDCP2020/paper/viewFile/3125/929>
- Costa, R. S. F., & Gonçalves, R. M. V. (2021). Participação da mulher na política brasileira. *Direito e Desenvolvimento*, 12(1), 97-111. <https://doi.org/10.26843/direitoedesenvolvimento.v12i1.1326>
- Eduardo, M. C. (2018). Mulheres em campanha: uma análise da distribuição de recursos financeiros nos estados brasileiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014. *Guaju*, 4(2), 187-208. <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v4i2.55493>
- Fernandes, C., Lourenço, M. L., Fröhlich, S., Silva, D. E., & Kai, F. O. (2020). Mulheres na política: emoções e desafios em dinâmicas institucionais complexas. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(4), 1071-1081. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200006>
- Franceschet, S., Piscopo, J. M., & Thomas, G. (2016). Supermadres, Maternal Legacies and Women's Political Participation in Contemporary Latin America. *Journal of Latin American Studies*, 48(1), 1-32. <https://doi.org/10.1017/S0022216X15000814>
- Franco, G. C. (2021). O comportamento legislativo das deputadas federais brasileiras: uma análise da produção legislativa de 1987 a 2017. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 11(1), 56-78. <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v11i1.74468>
- Freitas, G. F. (2020). Discurso da mulher política na política dos homens: resistências, representatividade e empoderamento. *Letras & Letras*, 36(1), 117-139. <https://doi.org/10.14393/LL63-v36n1-2020-7>
- Grossi, M. P., & Miguel, S. M. (2000). Transformando a diferença: as Mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 167-206. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100010>
- Inter-Parliamentary Union. (2019). *Women in Politics: 2019*. <https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2019-03/women-in-politics-2019>
- Kanan, L. A. (2010). Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. *Organizações & Sociedade*, 17(53), 243-257. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000200001>
- Kerbauy, M. T. M., & Assumpção, R. P. S. (2011). Redes sociais e capital político: uma proposta teórico-metodológica para análise das organizações partidárias brasileiras. *Política & Sociedade*, 10(18), 301-332. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p301>
- Krook, M. L., & Norris, P. (2014). Beyond quotas: Strategies to promote gender equality in elected office. *Political Studies*, 62(1), 2-20. <https://doi.org/10.1111/1467-9248.12116>
- Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. (1997). Estabelece normas para as eleições. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm
- Marques, D. (2021). Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 95, 1-20. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/117/110>
- Marques, D., Celini, T. P., & Santos, L. F. (2021). Carreiras políticas de mulheres no Brasil: aprofundando o debate a partir da nova bancada feminina da câmara dos deputados (2019-2022). *Revista Feminismos*, 9(2), 24-55. <https://doi.org/10.9771/rf.v9i2.43297>
- Matos, M. (2010). Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010. *Debate: Opinião Pública*

- e *Conjuntura Política*, 2, 31-59. <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/marlise.pdf>
- Miguel, L. F. (2003). Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, 20, 115-134. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>
- Miguel, L. F., & Biroli, F. (2015). *Feminismo e política: uma introdução*. Boitempo Editorial.
- Miguel, L. F., Marques, D., & Machado, C. (2015). Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, 58(3), 721-747. <https://doi.org/10.1590/00115258201557>
- Moritz, M. L. (2017). Familismo e gênero no Congresso brasileiro (2006-2014). In *Anais Eletrônicos do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero*, Florianópolis, SC, Brasil.
- Nakano, L. Y. (2018). Women in politics in Japan: beyond housewife activism. *Asian Anthropology*, 17(2), 71-84. <https://doi.org/10.1080/1683478X.2018.1458405>
- Oliveira, R. C., Goulart, M. H. H. S., Vanali, A. C., & Monteiro, J. M. (2017). Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, 5(11), 165-198. <https://doi.org/10.20336/rbs.225>
- Pinto, C. R. J., & Silveira, A. (2018). Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). *Opinião Pública*, 24(1), 178-208. <https://doi.org/10.1590/1807-01912018241178>
- Resende, R. C., & Epitácio, S. (2017). Mulheres à esquerda e à direita: carreiras políticas e partidos políticos. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 22(1), 350-366. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n1p350>
- Rezende, D. L. (2017). Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. *Estudos Feministas*, 25(3), 1199-1217. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3pRezende>
- Sacchet, T. (2018). Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. *Colombia Internacional*, 95, 25-54. <https://doi.org/10.7440/colombiaint95.2018.02>
- Sáez, M. A. (2017). La carrera política y el capital político. *Convergencia*, 24(73), 187-204. <https://www.scielo.org.mx/pdf/conver/v24n73/1405-1435-conver-24-73-00187.pdf>
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, Patriarcado e Violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Santos, C. M. M. (2012). *As mulheres brasileiras: do espaço privado da casa para as posições executivas nas organizações brasileiras* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Saraiva, A. P. (2017). Liderança política no feminino: As presidentes de câmara no poder local em Portugal. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 37, 41-61. <https://scielo.pt/pdf/eva/n37/n37a05.pdf>
- Silva, M. G. D., Chaves, V., & Barbosa, L. (2023). Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). *Sociedade e Estado*, 38, 95-124. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202338010004>
- Toledo, C. M. Q., & Jardim, N. C. (2019). A baixa representatividade feminina na política: obstáculo a ser vencido na democracia brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, 47(2), 318-333. <https://doi.org/10.14393/RFADIR-v47n2a2019-45713>
- Tribunal Superior Eleitoral. (2019). *Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014*. <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticiastse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>
- Unzué, M. (2012). A universidade na trajetória dos parlamentares brasileiros. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 8, 13-46. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200002>

Marcella Barbosa Miranda Teixeira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6818-5561>

Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Mestra em Administração pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); Especialista em Gestão de Negócios pelo Centro Universitário de Viçosa (Univiçosa); Graduada em Administração pela Faculdade Unyleya; Graduada em Secretariado Executivo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Secretária Executiva do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: marcellabmt@gmail.com

Carolina Maria Mota-Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8830-8170>

Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Mestra em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/Fundação Dom Cabral (FDC); Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Professora Adjunto IV da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: cmmotasantos@gmail.com

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Marcella Barbosa Miranda Teixeira: Conceituação (Liderança); Administração de projeto (Liderança); Validação (Liderança); Metodologia (Liderança); Escrita - rascunho original (Liderança); Escrita - revisão e edição (Liderança).

Carolina Maria Mota-Santos: Conceituação (Suporte); Administração de projeto (Liderança); Validação (Suporte); Metodologia (Suporte); Escrita - rascunho original (Suporte); Escrita - revisão e edição (Suporte).

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados anonimizados que dá suporte aos resultados deste estudo foi disponibilizado na Biblioteca Digital da PUC Minas e pode ser acessado em <https://web.sistemas.pucminas.br/BDP/PUC%20Minas/Home/Visualizar?seq=25EA30D909D34E9881B5307AA6E9AFC6>

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

EDITOR-CHEFE

Hélio Arthur Reis Irigaray (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro / RJ – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9580-7859>

EDITOR ADJUNTO

Fabrizio Stocker (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro / RJ – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6340-9127>

PARECERISTAS

Pompílio Locks (Universidade do Estado de Santa Catarina, Balneário Camboriú / SC – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0987-0454>

Dois dos revisores não autorizaram a divulgação de suas identidades.

RELATÓRIO DE REVISÃO POR PARES

O relatório de revisão por pares está disponível neste link: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/91019/85518>